FORMAÇÃO PROFISSIONAL CRÍTICA E DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Célia Maria Grandini Albiero[1]
Keiliane Tavares Silva[2]

RESUMO
A pesquisa busca trazer uma discussão crítica-reflexiva sobre a importância da compreensão dos fundamentos e parâmetros da formação profissional como uma forma de estratégia e fortalecimento da categoria, bem como os desafios do Serviço Social em tempos de pandemia. Partindo de uma análise da realidade para compreender como a profissão faz parte desse movimento histórico e dinâmico uma vez que o agir profissional se dá nas relações sociais de uma sociedade capitalista. Os caminhos metodológicos percorridos foram através da pesquisa teórica, bibliográfica e documental. Formação profissional e exercício profissional não devem ser estudados e abordados de forma isolada, mas sim articuladas, pois são indissociáveis. Em tempos de pandemia da COVID-19, novos desafios surgem para o enfrentamento de demandas emergenciais ao Serviço Social, o que exige profissionais competentes e críticos na perspectiva de efetivação de direitos sociais.

Palavras-chave: Formação Profissional. Desafios. Pandemia.

ABSTRACT
The research seeks to bring a critical-reflexive discussion on the importance of understanding the fundamentals and parameters of professional training as a form of strategy and strengthening the category, as well as the challenges of Social Work in times of pandemic. Starting from an analysis of reality to understand how the profession is part of this historical and dynamic movement, since professional action takes place in the social relations of a capitalist society. The methodological paths followed were through theoretical, bibliographic and documentary research. Professional training and professional practice should not be studied and approached in isolation, but rather articulated, as they are inseparable. In times of the COVID-19 pandemic, new challenges are emerging to face emergency demands on Social Work, which requires competent and critical professionals in the perspective of enforcing social rights.

Keywonds: Fundamental Professional. Challenges. Pandemic.

[1] Universidade Federal do Tocantins (UFT); Graduada em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru/SP (ITE/SP), 1985; Mestra e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 2000 e 2006 respectivamente. Atualmente, é Professora Associada II da Universidade Federal do Tocantins (UFT/TO); Docente desde 2008 e líder do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP). E-mail: celiaalbiero@uft.edu.br.
[2] Universidade Federal do Tocantins (UFT); Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT/TO), 2018; Residente Pós-graduanda em Saúde da Família e Comunidade (ULBRA/TO), 2021; Bolsista do Programa Municipal de Bolsas de Estudos e Pesquisa para Educação pelo Trabalho da FESP, 2021; Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP), 2017. E-mail: keilianetavinha@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Abordar sobre formação profissional e exercício profissional é de suma importância, visto que os dois temas possuem uma relação de unidade. O artigo é uma forma para aprofundarmos o conhecimento e também fortalecer a indissociabilidade entre teoria e prática, entre história, teoria e método.

O artigo apresentado tem como objeto de estudo a formação profissional crítica em Serviço Social tendo como subsídios os seguintes objetivos: aprofundar o debate sobre os fundamentos da formação profissional crítica; discutir a importância do conhecimento e da crítica; e elucidar os desafios na formação e intervenção profissional, em especial em tempos de pandemia.

A pesquisa é norteada mediante o estudo da realidade social através da perspectiva crítica, entendendo que a realidade está em constante transformação e faz parte de determinações e processos históricos, tanto a sociedade como o homem. (LOWY, 2010). A metodologia utilizada se baseia na pesquisa teórica, bibliográfica e documental a partir de registros e pesquisas de outros autores em livros, artigos, teses e dissertações (SEVERINO, 2007) e documental na análise de documentos referentes ao Serviço Social e a pandemia.

Abordar os fundamentos do Serviço Social exige um estudo aprofundado, visto que os elementos que fazem parte desses fundamentos são complexos. A seguir será realizada uma breve reflexão sobre esses elementos que fazem parte da identidade profissional e que conformam a base da profissão. Em seguida, apontar os desafios da formação e exercício profissional em meio a essa realidade de crise sanitária que o mundo vem passando com a pandemia do Covid-19 que causa impactos em todas as áreas do nosso cotidiano.

2 OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: UMA BREVE REFLEXÃO

Debater sobre formação profissional vai muito além do que apenas ficar repetindo informações, mas o estudo busca reafirmar a necessidade da categoria profissional conhecer os fundamentos da profissão, aprofundar e apreender os elementos que dão subsídios para a formação e, consequentemente, para a atuação profissional.

Os fundamentos da formação profissional foram construídos historicamente em meio às contradições, recusa e renovação da profissão a partir década de 1980. Por meio do movimento de ruptura com o tradicional, a profissão foi construindo um projeto profissional "[...] desvinculado da ordem burguesa, projeto com a capacidade de atuar frente às demandas dos trabalhadores na luta por direitos." (SILVA, 2018, p. 51). Projeto este, vinculado a classe trabalhadora e na luta pela democracia.

A formação profissional em Serviço Social brasileira tem alguns parâmetros como fundamentos: o Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS) que compõe o Código de Ética Profissional dos (as) Assistentes Sociais de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662 de 1993 e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996; as três dimensões da profissão: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; e a abordagem histórico-crítica. De uma forma sucinta, será abordada cada um desses parâmetros que juntos formam a base da profissão, uma vez que são conhecimentos indispensáveis para o estudante/profissional e que de acordo com Guerra (2019) são conhecimentos fundamentais para entendermos como se desenvolve a cultura profissional e a estrutura do capitalismo.

> Em outras palavras: faz-se necessário que a formação profissional permita ao estudante e/ou profissional captarem por que mediações a lógica que estrutura e que explica os processos sociais mais amplos se conecta e explica a gênese, existência, funcionalidade, significado histórico e requisições profissionais. Como esta lógica constitutiva da realidade explica os elementos da cultura da profissão e os aspectos que apontam a ruptura e continuidade com a lógica hegemônica que lhe sustenta. Faz-se necessário que a formação profissional crie condições para que os profissionais possam operar com o mesmo nível de criticidade com que analisam os fundamentos da sociedade burguesa (quando o fazem obviamente!), que tem que ser interpretada em todas as suas determinações e contradições (GUERRA, 2019, p. 30).

O Código de Ética (1993) é um dos pilares do PEPSS e também fruto de um processo histórico. A apreensão do código é de fundamental importância, dado que se constitui como um instrumento norteador para o profissional trazendo características como: os princípios fundamentais na defesa e luta pela liberdade, cidadania, democracia, equidade e justiça social, respeito, pluralismo e o compromisso com os trabalhadores; direitos, deveres e responsabilidades para com os usuários, instituições empregadoras e organizações da sociedade civil, bem como o sigilo profissional e as penalidades. Além dessas características, o código

não é apenas um documento com direitos e deveres, mas um instrumento ético, político e pedagógico.

> Sob esta perspectiva, o Código de Ética profissional é um instrumento que induz mudanças não só na categoria que o aprova e acolhe, como também tem poder de induzir mudanças nos sujeitos envolvidos nas práticas profissionais. Nesse sentido, o Código de Ética é um instrumento pedagógico do assistente social. (SILVA, 2012, p. 42).

O Código de Ética (1993) também possui uma direção ético-política expressando uma estratégia de ruptura e enfrentamento ao conservadorismo que é uma característica presente na estrutura do capitalismo. E para que esse enfrentamento se materialize, é necessário o profissional ser capaz de entender como o conservadorismo se expressa dentro e fora da profissão.

O segundo pilar diz respeito à Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662, de 7 de junho de 1993. A Lei determina as dimensões de organização da profissão, as competências e atribuições privativas dos assistentes sociais, bem como as entidades representativas da profissão (CFESS e o CRESS). A descrição das atribuições privativas do assistente social na lei de regulamentação faz com que os profissionais tenham um suporte legal como enfrentamento diante das tensões no cotidiano da atuação profissional, uma vez que também se constitui um desafio a valorização e reconhecimento da profissão.

> A lei de regulamentação da profissão, [...] revista e atualizada, dirige-se às competências e atribuições privativas das assistentes sociais no exercício profissional e às atribuições do CRESS como órgão fiscalizador da profissão. As competências profissionais remetem-se fundamentalmente aos direitos civis, políticos e sociais, no atendimento das políticas aos indivíduos sociais, sujeitos portadores de direitos. Assim, para que o profissional possa realizar o *PEP* em todas as suas dimensões, faz-se necessária uma análise permanente da realidade social que se confronta no solo histórico da formação e do exercício profissional. (ABRAMIDES, 2019, p. 65-64).

Vale ressaltar que as instituições de fiscalização, pesquisa e organizativa também se configuram como parte para a efetivação do projeto e, consequentemente, dão uma melhor direção social para a prática e organização da profissão de Serviço Social. Com isso,

> O Projeto Ético-Político do Serviço Social também se materializa pelas instâncias político-organizativas da profissão, como: o Conselho Federal do

> Serviço Social (CFESS); os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS); a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), (EVANGELISTA; SILVA, 2017, p. 22).

O terceiro pilar do PEPSS se refere às Diretrizes Curriculares de 1996 proposta pela ABEPSS. A profissão na sua construção histórica obteve uma grande conquista com a aprovação das Diretrizes Curriculares dessa expressiva entidade representativa do ensino e pesquisa da categoria, a qual se constitui também como uma forma de resistência política diante da ameaça do sistema capitalista e uma direção para a formação acadêmica e profissional. Conquista que se deu mediante lutas e movimentos sociais para a materialização das diretrizes e desafios constantes, pois a formação profissional tem sido impactada diretamente com as mudanças e projetos do capitalismo no âmbito educacional.

> As Diretrizes Curriculares aprovadas no fórum na Oficina Nacional da ABEPSS, em 1996, regional e nacionalmente debatidas em mais de 200 oficinas, no período de 1991 a 1996, consubstanciam, no âmbito da formação profissional, os elementos do projeto de ruptura. As diretrizes fundadas no compromisso social e político da formação acadêmica e do exercício profissional adotam um explícito ponto de vista de classe, na análise da sociedade e da função social da profissão. (ABRAMIDES, 2019, p. 60).

As diretrizes de 1996 não foi a única expressão explícita do projeto de formação profissional do assistente social, outras a antecederam. O primeiro currículo mínimo foi fixado no ano de 1962, contendo doze matérias básicas para a formação com base no método Serviço Social de caso, Grupo e Comunidade. Em 1970, o currículo foi fixado em dez matérias, sendo divididas em dois ciclos formativos: o básico e o profissional. Já em 1982, temos um avanço significativo, as disciplinas foram voltadas para o ensino da formação social, política e econômica do Brasil e filosofia. Ou seja, a formação atrelada ao processo histórico da realidade. Neste currículo, também teve a superação do tripé caso, grupo e comunidade, implementando outro método de compreensão: teoria, método e história (ORTIZ, 2019). E o de 1996, superando algumas lacunas no currículo de 1982. Conforme Abramides (2019, p. 61),

> O novo currículo de 1996, orientado pelas diretrizes curriculares, mantém uma interlocução crítica com o de 1982; trata-se sobretudo, de preservar seus avanços, reafirmando-os, e superar suas lacunas expressando traços

> de continuidade e ruptura. [...] superar as lacunas do Currículo de 1982 pressupõe estabelecer outra lógica de organização da formação.

Diante do exposto, entendemos que esta mudança foi essencial para as atuais diretrizes Curriculares da Profissão, pois de acordo com Abramides (2019, p. 61 apud ABEPSS,1998, p. 58), "[...] a profissão não é fundada em disciplinas ou teorias, mas no movimento histórico concreto da realidade social [...]".

As diretrizes estabelecem quatro pressupostos da formação profissional, o qual destacam sobre o significado social da profissão. Também estabelecem onze princípios que fundamentam a formação profissional em Serviço Social, dentre eles: a indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão e rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social. E cinco diretrizes que articulam o conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo.

Dessa forma, as diretrizes, pressupostos e princípios estão organizados no currículo em três núcleos de fundamentação. Ou seja, divididas em três núcleos temáticos de estudo, onde se expressam os fundamentos história, teoria e método: *Núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos da vida social*; *Núcleo dos fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira;* e o *Núcleo dos fundamentos do trabalho profissional*, articulando teoria e prática, conhecimento, história, pesquisa, estágio e as dimensões do Serviço Social (IAMAMOTO, 2014).

Assim, as Diretrizes Curriculares de 1996 estabelecem todo um parâmetro que dá subsídios para uma formação profissional de qualidade e articulada com a realidade. Isto é, "Esta nucleação teve por objetivo acabar com a formação fragmentada de compreensão da realidade e de produção de conhecimento, típica dos currículos anteriores [...] que legitimava o projeto conservador [...]" (SILVA, 2012, p. 48-49).

O Serviço Social também tem como fundamento primordial as três dimensões da profissão que possibilitam a articulação entre teoria e a prática numa perspectiva de unidade e com isso, uma formação capaz de apreender o processo histórico, tanto da profissão, como da sociedade capitalista a partir da categoria totalidade. Nas palavras de Guerra (2019, p. 39),

> Se se quer formar assistentes sociais competentes do ponto de vista ético, político e técnico, é preciso destacar o trabalho profissional, permitindo uma formação que apreenda a totalidade das dimensões: teórico-metodológica,

> ético-política e técnico-operativa. É importante trabalhar a relação entre a fundamentação teórica e o exercício profissional, como elementos diversos que têm uma unidade ontológica.

Nesta direção, "História, teoria e método constituem os fundamentos do Serviço Social" e por isso a relevância dessa apreensão para o aprimoramento do processo de formação e exercício profissional, pois

> [...] devem constituir pressupostos que perpassam todo o processo formativo [...].[...] entende-se que os fundamentos do Serviço Social só podem ser buscados na concepção de homem e mundo da ontologia do ser social. (GUERRA, 2019, p. 12-37).

Esse processo de formação profissional em Serviço Social enfrenta desafios para sua implantação em especial nas Instituições de Ensino Superior (IESs) privadas, que assumem o ensino a Distância (EaD), que seguem as Diretrizes Curriculares aprovadas pelo MEC e não as indicadas pela ABEPSS de 1966, o que prejudica a articulação do tripé da universidade, isto é, o ensino, a pesquisa e a extensão. E dessa forma, tais desafios se intensificaram com o advento da pandemia da COVID-19, que obrigou as IES públicas e privadas de ensino presencial adotarem o Ensino Remoto Emergencial, o que iremos refletir a seguir no próximo item.

3 OS IMPACTOS DA PANDEMIA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O processo de formação profissional possui muitos desafios a serem enfrentados na realidade brasileira e se intensifica mais ainda com a pandemia do novo coronavírus/ COVID-19, uma crise sanitária mundial que causa impactos em vários aspectos da nossa vida. Uma realidade social, política e econômica em que as desigualdades sociais se ampliam e videnciando um aprofundamento nas expressões da questão social e a extrema necessidade da efetivação de políticas públicas.

> A pandemia do novo coronavirus/Covid 19, que assola o Brasil e o mundo, impacta sobremaneira a vida de toda a população. Ainda não podemos dimensionar os impactos, tanto na vida, quanto na organização da sociedade. No Brasil, as recomendações de isolamento doméstico e higienização ocorrem junto com o desemprego, o subemprego, a ausência

> de moradia, de abastecimento de água e de saneamento básico. O ato de lavar as mãos e a proteção de um teto não é igual para todos/as. Em um país onde parte considerável da população vive com menos de um salário mínimo e milhões estão desempregados/as ou subempregados/as. (CFESS, 2020, p.1).

O cenário é alarmante e têm causado perdas irreparáveis e um impacto social e econômico na vida de milhares de famílias brasileiras que além de administrarem o luto da perda de familiares não conseguem sobreviver de forma digna e saudável.

> No novo cenário, é visível o quão insuficiente são as políticas públicas. No caso do Brasil, desde a inserção e a invasão neoliberal, em meados da década de 90, o neoliberalismo tem se materializado de maneira ainda mais focalista, seletiva e precarizada. Aliado a essa realidade, o país conta com sistema econômico frágil e com saúde pública deficitária no que tange aos recursos humanos e materiais, afetada pelo desfinanciamento público. (BARBOSA et al, 2020, p. 147).

Os impactos da pandemia perpassam pelo sistema de saúde, nas demais políticas públicas, causando também impactos sociais, históricos, políticos e econômicos. Mudanças profundas na organização da sociedade, na organização do trabalho não só do Serviço Social, mas de todas as categorias, os serviços reestruturados e as inovações tecnológicas advindas com todas essas transformações.

Além disso, o âmbito educacional também vem sofrendo os efeitos dessas metamorfoses provocadas pela pandemia, dado que as aulas presenciais foram suspensas como uma forma de isolamento para conter a transmissão do vírus e diante disso, as aulas foram substituídas pelo ensino remoto emergencial. No entanto, essa modalidade de ensino remoto adotada pelas instituições educacionais, desde o ensino fundamental a pós-graduação, também se configura como uma estratégia.

Galvão e Saviani (2020, p. 38) abordam sobre a educação em tempos de pandemia[3], no qual afirmam ser uma falácia o ensino remoto e ressaltam que “[...] conhecemos as múltiplas determinações do “ensino” remoto, entre elas os interesses privatistas colocados para educação como mercadoria, a exclusão tecnológica [...]”. O Ensino à Distância não é resultado da pandemia, uma vez que essa modalidade de ensino já se desenvolve no Brasil por muitos anos.

[3] Ver Galvão; Saviani (2020).

Atualmente, se amplia cada vez mais a expansão do ensino superior para o setor privado, e essa inserção do campo educacional mercantilizado remonta desde os anos de 1930 e vem se expandindo cada vez mais, juntamente com o EaD que a partir do ano de 2003 cresceu aceleradamente como uma necessidade para que o mercado se expandisse com novas obtenções de lucros (PEREIRA; SOUZA, 2017).

> No contexto da pandemia, o termo “ensino remoto” se popularizou. O isolamento social, necessário para impedir a expansão da infecção por Covid-19, fez com que as atividades presenciais nas instituições educacionais deixassem de ser o “normal”. Por isso, as instituições educacionais passaram a utilizar de forma generalizada estratégias de EaD (GALVÃO; SAVIANI, 2020, p. 39).

Com o advento da pandemia, as universidades públicas também substituíram as aulas presenciais pela forma remota emergencial e nesse contexto cabe refletirmos os impactos da pandemia no processo de formação profissional do assistente social.

Essa modalidade de ensino já se caracteriza como um impacto na formação profissional, uma vez que provoca implicações pedagógicas. O ensino passa a ser conduzido em um ambiente virtual e precarizado, pois é visível que o acesso a recursos tecnológicos também se dá de forma desigual, tanto por parte dos alunos como dos professores o que inviabiliza a participação de todos de forma qualitativa. Além disso, a modalidade a distância provoca um distanciamento entre a articulação do tripé da universidade que é primordial para o processo de formação profissional na construção do conhecimento crítico e reflexivo: ensino, pesquisa e extensão.

> O “ensino” remoto é empobrecido não apenas porque há uma “frieza” entre os participantes de uma atividade síncrona, dificultada pelas questões tecnológicas. Seu esvaziamento se expressa na impossibilidade de se realizar um trabalho pedagógico sério com o aprofundamento dos conteúdos de ensino, uma vez que essa modalidade não comporta aulas que se valham de diferentes formas de abordagem e que tenham professores e alunos com os mesmos espaços, tempos e compartilhamentos da educação presencial. (GALVÃO; SAVIANI, 2020, p. 42).

O CFESS juntamente com as entidades representativas da profissão, publicaram uma nota expressando suas manifestações em relação ao trabalho e ensino remoto emergencial na pandemia, a qual se posicionam contrário as

normativas publicadas pelo MEC[4], que determinou a substituição das aulas presenciais por aulas digitais.

De acordo com o CFESS (2020, p. 2) o processo de Ensino Remoto Emergencial provoca "[...] um nítido aumento das desigualdades já existentes no ensino superior (do acesso ao processo educativo) e gerando sérios impactos nas condições do trabalho docente e na qualidade da formação em Serviço Social [...]", além disso, acentua "[...] as tendências à improvisação e à desqualificação do processo, responsabilizando individualmente a docentes e discentes por garantir o processo de aprendizagem [...]".

> Ao sermos surpreendidos pela experiência da aula remota e as atividades que dizem respeito a formação em todas as modalidades tivemos que forçosamente nos adaptar a formatos aos quais não estávamos preparados e que entrariam de forma abrupta em nosso cotidiano. Ao aluno essas novas formas de contato trouxeram dificuldades dentre as quais as desigualdades vivenciadas pelos mesmos quando necessitados de adaptação as novas ferramentas e plataformas virtuais. (ANJOS; CASTRO; COSTA, 2020, p. 3).

Impacto que não se deu somente no âmbito educacional, mas em diversas áreas, visto que o Serviço Social é uma profissão que atua diretamente com a população e no contexto da pandemia, serviços essenciais foram suspensos juntamente com o crescimento das necessidades da população, agravando ainda mais a crise social, política e econômica já vivida pelo país por muitos anos. Isto é,

> De maneira desconcertante, a pandemia do novo coronavírus (SARS-Cov-2) impactou o Estado, os serviços de saúde e assistência social, a pesquisa científica e as próprias relações sociais. Diversos são os impactos por ela causados, em maior ou menor escala. Campeonatos esportivos e serviços paralisados, fechamentos de fronteiras e divisas, demissões de trabalhadores em massa, falta de prevenção para populações indígenas, aumento da violência doméstica, e, óbvio, milhares de vidas que foram ceifadas. Entretanto, ainda são muitos os desafios para a saúde pública global (SILVA, 2021, p. 88).

E consequentemente, ocorre o acirramento das expressões da questão social, e demandas na área da saúde, habitação, assistência social, entre outras políticas num contexto de desfinanciamento, regressão das políticas sociais, isolamento, precarização das condições de trabalho, poucos recursos humanos e financeiros.

[4] Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020.

Ou seja, a pandemia trouxe novos efeitos e aprofundou outros já existentes frutos do sistema capitalista no seu desenvolvimento e do neoliberalismo. É neste cenário de tensões e lutas cotidianas que o assistente social atua. Cabe aqui salientar o compromisso da categoria para com a população e o desafio de lutar pela efetivação e ampliação do SUS, bem como de outras políticas sociais em meio a tempos difíceis como o atual.

> Nesse sentido, é preciso continuar a ir contra o desmonte das políticas sociais no âmbito da saúde, como a descaracterização cada vez maior do SUS, e em outras áreas, como educação e previdência social. O debate sobre o papel do Estado para a garantia da vida, nesse contexto de pandemia, torna-se primordial, pois sem políticas públicas não há condições concretas de proteção. Cabe a assistentes sociais promoverem reflexões e ações a partir do modo de produção vigente e da crise na qual se encontram, já que esta realidade ultrapassa muito a calamidade pública causada pelo vírus: remete à lógica de produção e reprodução da vida no sistema capitalista e à necessidade urgente de repensarmos o caminho que está sendo trilhado nesta sociabilidade. É evidente que, como parte do conjunto de trabalhadores, assistentes sociais não se encontram imunes às frágeis condições de trabalho, incluindo vínculos precários, falta de autonomia e escassez de recursos, que têm sido alvos de preocupação e debate dentro da categoria nas últimas décadas. A pandemia torna explícita a precariedade na qual trabalhadores e políticas sociais estão inseridos (SILVA, 2021, p. 96).

Neste cenário, se caracteriza como um desafio constante a luta e defesa das políticas públicas, da seguridade social como um conjunto de proteção social conquistado historicamente e primordial para a garantia dos direitos da população.

4 CONCLUSÃO

Os desafios contemporâneos exigem profissionais aptos a lutarem contra as formas de opressão e exploração que intensificam o processo de pauperização, exige um profissional pautado nos princípios do PEPSS. Além de terem o arcabouço necessário para desvendarem as barbáries que assolam milhares de pessoas em situações extremas de condições de vida é necessário que os assistentes sociais tenham conhecimento dessas novas expressões que estão surgindo e se intensificando no cotidiano para formularem estratégias de intervenção.

Todas essas mudanças na área do trabalho fazem com que a profissão também se atualize constantemente, uma vez que a realidade é dinâmica, exigindo estratégias e organização da categoria profissional não só na prática, mas também

na produção de conhecimento, formulação de políticas e projetos e no desenvolvimento de estudos e pesquisas referentes aos novos espaços ocupacionais de atuação e também estudos sobre as demandas e expressões da questão social.

Outro desafio considerado como o principal para a categoria é garantir a permanência e avanço das conquistas acerca dos aportes teórico-políticos e acadêmicos conquistados pela profissão. É necessário enfatizar que o desafio não é apenas garantir, mas que esses aportes "[...] mantenham uma relação de unidade com a prática e a formação profissional [...] (MOTA, 2014, p. 700).

> Como indica Netto (2016), em seu artigo escrito no livro que memora os 80 anos da profissão, "é preciso buscar a nova história do Serviço Social". Nele o autor nos desafia, acadêmica e politicamente, a construir novas interpretações sobre a historicidade da profissão como forma de resistência aos ataques frontais que temos recebido do pensamento neoconservador, expresso, especialmente, no discurso pós-moderno, por isso a necessidade de elaborar um plano de estudos sobre os fundamentos históricos do Serviço Social (GUERRA, 2019, p. 36 apud NETTO, 2016).

Em relação a esse desafio, destaca-se a importância da defesa de toda a categoria profissional, pois é nessa relação de materialização desse desafio nas instituições de trabalho que o assistente social exerce sua autonomia relativa, uma vez que também está inserido na divisão sócio e técnica do trabalho.

Assim, constitui-se um desafio permanente a materialização do Projeto Ético-Político da profissão, pois a insuficiência de reflexões e até mesmo a ausência da competência intelectual faz com que pratiquem o pragmatismo e contribuem para a disseminação na ofensiva neoconservadora na profissão (MOTA, 2014).

Portanto, o conhecimento da cultura profissional, dos fundamentos da própria profissão é uma forma de fortalecimento da própria categoria e estratégia de enfrentamento. Cabe a categoria o constante aprimoramento não somente das transformações na estrutura do sistema capitalista e dos fundamentos da sociedade burguesa, mas da própria profissão em si. Esse aprimoramento não se esgota aqui, mas a busca pelo conhecimento é contínua e revolucionária.

> Com a mesma perspectiva crítica e autocrítica, postura que tem permitido avançar e consolidar tantos avanços, cabem algumas considerações finais em três níveis: a importância dos fundamentos e a racionalidade que nos permite alcançá-los; a necessidade de conhecer o Serviço Social na contemporaneidade; nossa capacidade e capacitação para o ensino dos fundamentos. Estou convencida de que é a análise dos fundamentos que

> nos permite apanhar os nexos internos, as categorias constitutivas da realidade, o modo de ser, de se constituir e de se tornar outro dos processos sociais. A busca dos fundamentos é o procedimento da razão ontológica, dialética que nega a aparência e destrói o fetiche que a encobre. Por isso é possível considerar, assim como o faz Ianni (1998) que a reflexão sobre os fundamentos, como já mencionado é crítica e revolucionária. (GUERRA, 2019, p. 41).

Crítica e revolucionária, o conhecimento dos fundamentos e por isso, indispensável para a formação e exercício profissional.

Em tempos de pandemia, podemos compreender que os desafios a formação e ao exercício profissional só aumentaram e podemos destacar que a defesa do PEPSS se torna ainda mais desafiadora e necessária nesse contexto atípico que estamos vivenciando.

> [...] é fundamental que o Assistente Social contemporâneo não perca a indignação diante das injustiças e perda de direitos, e nem mesmo o seu compromisso fundamental com a direção social e política da profissão por intermédio do projeto profissional e busque incessantemente um aprimoramento intelectual para fortalecer a sua formação contínua e o seu exercício profissional. Um dos grandes desafios é o rompimento com práticas antidemocráticas e com o ranço conservador, que devem ser abolidos do exercício profissional do assistente social, a fim de fortalecer o exercício de sua capacidade crítico-reflexiva para compreender o movimento da realidade, para proposições de ações efetivas e de possível materialização, pois entendemos que é necessário um amadurecimento teórico, uma postura crítica, um compromisso com as classes subalternas andando na contramão do sistema capitalista, recusando o arbítrio, negando todas as formas de preconceito e discriminação social, posicionando-se a favor da classe trabalhadora, engajando-se aos movimentos sociais e defendendo o projeto ético político da categoria, à fim de negar todas as formas de aviltamento social, capaz de ferir os direitos da classe trabalhadora, quebrando com práticas assistencialistas e policialescas junto às políticas públicas e sociais. É necessário ainda, compreender que o Projeto Ético-Político do Serviço Social, é uma forma de resistir às desigualdades sociais impostas pela sociedade capitalista e reafirmar as lutas da categoria, tendo uma postura crítica contra a burguesia enfrentando os ataques diante das conquistas e direitos sociais. (ALBIERO; COSTA, 2020, p.71).

Em suma, não podemos perder essencialmente a nossa indignação e nem mesmo os rumos sociais e políticos da profissão conquistados ao longo da história, na defesa da ampliação das políticas sociais em consonância com o PEPSS.

REFERÊNCIAS

ABEPPS. Nota referente ao estágio supervisionado no período de isolamento social para o combate ao novo coronavírus (sars-cov-2). **Revista Temporalis.** Brasília

(DF), ano 20, n. 39, p. 275-278, jan./jun. 2020. Disponível em: file:///C:/Users/Keilliane/Downloads/31104-Texto%20do%20artigo-90330-1-10-20200626.pdf Acesso em: 19 mar. 2021.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro:** ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

ALBIERO, Célia Maria Grandini; COSTA, Maryvalda Melo Santos.Os Fundamentos da Formação no Serviço Social: uma reflexão instigante entre o processo formativo e o exercício profissional. In: AMICUCCI, Eliane,Marques de Menezes; SALVADOR. Mariléa Borges de Lima; PEREZ, Davi Machado Perez. **Questão social, Estado e Serviço Social**. – Palmas, TO: EDUFT, 2020. p. 58-73.

ANJOS, Daniela Dias; CASTRO, Eliane Antônia de; COSTA, Patrícia Fonseca. O processo de formação em Serviço Social: estágio Supervisionado em tempos de pandemia. VII Congresso Nacional de Educação. Maceió, Alagoas, 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD4_SA19_ID7891_01102020231703.pdf. Acesso em: 21 mar. 2020.

BARBOSA, Rayssa Almeida da Silva et al. SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA: cenário da categoria na Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade. In: CRONEMBERGER, Izabel Herika Gomes Matias; PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa (Orgs). **Serviço Social em tempos de pandemia:** provocações ao debate. Teresina: EDUFPI, 2020. Disponível em: https://unifsa.com.br/site/wp-content/uploads/2020/09/Servi%C3%A7o-Social-em-tempos-de-pandemia_-provoca%C3%A7%C3%B5es-ao-debate-1.pdf. Acesso em: 19 mar. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS Manifesta: os impactos do coronavírus no trabalho do/a assistente social. Brasília/DF: CFESS, 2020. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/2020CfessManifestaEdEspecialCoronavirus.pdf . Acesso em: 20 mar. 2020.

_____. Trabalho e ensino remoto emergencial. Brasília/DF, 2020, Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/1NotaForumNacional2020.pdf. Acesso em: 18 mar. 2021.

EVANGELISTA, Leusimara Cirqueira; SILVA, Jean Bezerra da. Acerca do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: ALBIERO, Célia Maria Grandini et al. **Formação Profissional em Serviço Social:** desafios presentes na realidade tocantinense. Curitiba, PR: CRV, 2017.

GALVÃO, Ana Carolina; SAVIANI, Demerval. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Revista Universidade e Sociedade**. ANDES-SN, nº 67, ano XXXI, nº 67, janeiro, 2021. Brasília/DF. Disponível em: file:///C:/Users/Keilliane/Downloads/A%20falácia%20do%20ensino%20remoto%20Saviani%20e%20Galvão%202021%20(1).pdf. Acesso em: 19 mar. 2020.

GUERRA, Yolanda et al. (org.) **Serviço Social e seus fundamentos:** conhecimento

e crítica. Campinas: Papel Social, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In: **Revista de Serviço Social & Sociedade, nº 120.** São Paulo: Cortez Editora, 2014.

LOWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social:** Elementos para uma análise marxista. 20 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana. Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. In: **Revista Serviço Social & Sociedade, nº 120.** São Paulo: Cortez Editora, 2014.

ORTIZ, Fátima Grave. Formação Profissional e Serviço Social: uma análise sobre as Diretrizes Curriculares, seus impactos e desafios. In: **Temas contemporâneos em Serviço Social: Uma análise de seus fundamentos.** GUERRA, Y.; LEITE, J. L.; ORTIZ, F. G. (Orgs.). Campinas: Papel Social, 2019.

PEREIRA, L. D.; SOUZA, A. C. V. de. Ensino Superior mercantilizado e seus impactos para o perfil profissional de Serviço Social. In: **Educação e Serviço Social: Subsídios para uma análise crítica**. Coletânea Nova de Serviço Social. MOTTA, V. C. da; PEREIRA, L. D. (Orgs). FORTI, V. GERRA, Y. (Coordenadoras da Coleção). Rio de Janeiro: Lumen Juris Serviço Social, 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Marcela Mary José da. A **materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Campinas, SP: Papel Social, 2012.

SILVA, Keiliane Tavares. Serviço Social, Formação Profissional e Política de Assistência Social. 2018. 135 f. **Monografia** (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, 2018.

SILVA, Welison Matheus Fontes da. Serviço Social e Covid-19: Reflexões críticas. **Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros (MG), v. 5, n. 1, jan./jun. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.46551/rssp.202105. Acesso em: 31 ag. 2021.